RBTCC
e-ISSN: 1982-3541
Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva
ABPMC
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO

Revisão histórica das tentativas de conversão sexual e de gênero na Modificação de Comportamento à luz do Behaviorismo Radical

A historical review of sexual and gender conversion attempts in Behavior Modification from the perspective of Radical Behaviorism

Una revisión histórica de los intentos de conversión sexual y de género en la Modificación de la Conducta desde la perspectiva del Conductismo Radical

RESUMO: A Análise do Comportamento pode ser caracterizada como uma área multifacetada, cujo desenvolvimento depende da interação constante entre três subáreas: Análise Experimental do Comportamento, Análise do Comportamento Aplicada e Behaviorismo Radical. Nesta revisão histórica, descrevemos primeiramente que, ao longo da construção da área, foram realizados procedimentos voltados à tentativa de modificação de comportamentos sexuais e de gênero considerados socialmente inapropriados, especificamente comportamentos não heterossexuais e não cisgêneros, em aliança com a cultura cisheteronormativa. Em seguida, demonstramos como esses trabalhos nocivos à população LGBT+, embora reflitam seu contexto histórico, evidenciam contradições com compromissos filosóficos do Behaviorismo Radical, incoerência denunciada já à época por analistas do comportamento comprometidos com a interação entre as três subáreas citadas. Por fim, apresentamos um panorama da produção recente sobre a população LGBT+ na área, que indica maior comprometimento com a defesa da diversidade sexual e de gênero e, portanto, com princípios e compromissos do Behaviorismo Radical.

Palavras-chave: História da análise do comportamento; Terapia de conversão; População LGBT+; Posicionamento ético-político; Comportamento do cientista.

ABSTRACT: Behavior Analysis can be characterized as a multifaceted field whose development depends on the constant interaction among three sub-areas: Experimental Analysis of Behavior, Applied Behavior Analysis, and Radical Behaviorism. In this historical review, we first describe how, throughout the construction of the field, procedures were carried out aimed at attempting to modify sexual and gender behaviors considered socially inappropriate, specifically non-heterosexual and non-cisgender behaviors, in alignment with cisheteronormative culture. Next, we demonstrate how these harmful practices towards the LGBT+ population, although reflecting their historical context, reveal contradictions whit the philosophical commitments of Radical Behaviorism, an incoherence denounced at the time by behavior analysts committed to the interaction among the three aforementioned sub-areas. Finally, we present an overview of recent research on the LGBT+ population in the field, which indicates a greater commitment to defending sexual and gender diversity and, therefore, to the principles and commitments of Radical Behaviorism.

Caroline Prestes Villa [1]
Emerson Ferreira da Costa Leite [2]

[1] Universidade Estadual de Londrina – Paraná
[2] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Correspondente
* carolinepvilla@gmail.com

Dados do Artigo
DOI: 10.31505/rbtcc.v28i1.2189
Recebido: 28 de Outubro de 2025
1º Decisão: 20 de Janeiro de 2026
Aprovado: 11 de Março de 2026
Publicado: 17 de Abril de 2026
Editor-Chefe: Dr. Fábio Henrique Baia
Editor Adjunto: Dr. Fábio Henrique Baia
Editor Associado: Felipe Cravo
Estagiário: Kawan Martins Rodrigues

Declaração: Os autores CPV e EFCL declaram não ter nenhum conflito de interesses.

Como citar este documento
Villa, C. P., & Leite, E. F. C. (2026). Revisão histórica das tentativas de conversão sexual e de gênero na Modificação de Comportamento à luz do Behaviorismo Radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva,* 28, 18-38. https://doi:10.31505/rbtcc.v28i1.2189

OPEN ACCESS
É permitida a distribuição, remixe, adaptação e criação a partir deste trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Keywords: History of behavior analysis; Conversion therapy; LGBT+ population; Ethical-political commitment; Behavior of the scientist.

RESUMEN: El Análisis de Conducta puede caracterizarse como un campo multifacético cuyo desarrollo depende de la interacción constante entre tres subáreas: Análisis Experimental de la Conducta, Análisis Aplicado de la Conducta y Conductismo Radical. En esta revisión histórica, describimos cómo, a lo largo de la construcción del campo, se implementaron procedimientos dirigidos a modificar conductas sexuales y de género consideradas socialmente inapropiadas, específicamente las no heterosexuales y no cisgénero, aliados a la cultura cisheteronormativa. Posteriormente, demostramos cómo estas prácticas nocivas hacia la población LGBT+, aunque reflejen su contexto histórico, revelan contradicciones con los compromisos filosóficos del Conductismo Radical, una inconsistencia ya denunciada por analistas de la conducta comprometidos con la interacción de las tres subáreas mencionadas. Finalmente, presentamos un panorama de la producción reciente sobre la población LGBT+ en el campo, indicando mayor compromiso con defender la diversidad sexual y de género y con los principios y compromisos del Conductismo Radical.

Palabras clave: Historia del análisis de la conducta; Terapia de conversión; población LGBT+; Compromiso ético-político; Comportamiento del científico.

Análise do Comportamento (AC) pode ser caracterizada como uma área do conhecimento composta de três subáreas: uma ciência básica, a Análise Experimental do Comportamento (AEC); uma ciência aplicada e tecnologia, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA); e uma área de investigação teórica/filosófica, o Behaviorismo Radical (Carvalho Neto, 2002; Strapasson et al., 2013). Historicamente, a demarcação da AC como um campo independente geralmente é atribuída a B. F. Skinner (1904-1990), que inicia seu projeto científico compartilhando com outros behavioristas (e.g., clássicos, metodológicos) a prática experimental em laboratório com animais não humanos (Carvalho Neto, 2002).

A expansão das pesquisas empíricas realizadas em laboratório para metodologias aplicadas a contextos humanos deu ensejo para o desenvolvimento da segunda subárea, a ABA. Ainda que sua definição não seja consensual e exista um debate sobre a distinção entre a prática de pesquisa aplicada e a de prestação de serviços sem fins científicos (Canaan-Oliveira, 2003), ABA pode ser delimitada como "o campo de intervenção planejada dos analistas do comportamento. Nela, estariam assentadas as práticas profissionais mais tradicionalmente identificadas como psicológicas, como o trabalho na clínica, escola, saúde pública, organização e onde mais houver comportamento a ser explicado e mudado" (Carvalho Neto, 2002, p. 5).

Entre as décadas de 1950 e 1980, a aplicação de técnicas e métodos de controle do comportamento passou a fazer parte de um movimento denominado Modificação do Comportamento (MC), o qual incluía uma ampla variedade de procedimentos, como psicocirurgias, terapias químicas e técnicas de condicionamento operante e respondente, incluindo o uso de condicionamento aversivo com choques elétricos (Rutherford, 2006). Apesar de majoritariamente estadunidense, esse movimento também tem registros no Brasil, o que não será objeto do presente artigo.

Segundo Micheletto (2001), pode-se identificar dois momentos importantes na história da MC, sendo o primeiro, que compreende os anos 1920-1950, marcado pela aplicação de procedimentos derivados dos processos de

condicionamento e extinção respondentes, oriundos dos trabalhos de pesquisadores como Ivan Pavlov e John B. Watson. O segundo momento, caracterizado pela aplicação dos princípios básicos relacionados ao condicionamento operante, teve seu início no final da década de 1950. Essa distinção em dois momentos históricos parece diferenciar os primeiros modificadores de comportamento daqueles que no segundo momento trabalharam principalmente com o modelo operante skinneriano. Tal distinção se acirrou nas décadas de 1970 e 1980, quando muitos daqueles que aplicavam os princípios operantes passaram a adotar o nome Análise do Comportamento Aplicada (ABA), justamente para diferenciar sua prática de outras em conflito com a proposta behaviorista radical. Ainda assim, muitas vezes os termos foram usados de maneira mais ou menos intercambiável até que ABA se tornasse a forma predominante.

O trecho a seguir de Skinner (1978) destaca a importância de cuidado com a própria definição de MC, explicitando a principal marca das aplicações fundamentadas no Behaviorismo Radical:

> É exatamente neste ponto que a modificação comportamental desempenha um papel único. O termo precisa de uma definição cuidadosa. O comportamento tem sido modificado desde que se tornou modificável — ou seja, desde o princípio. O comportamento é modificado pela ameaça do agressor ou da nação com um arsenal nuclear, por incentivos fiscais, pela publicidade, por rituais religiosos, por loterias estaduais e outras empresas de jogos de azar, e, recentemente, por certas medidas fisiológicas e condicionamento pavloviano explícito. O termo foi introduzido, no entanto, para referir-se a certas aplicações da análise experimental do comportamento, particularmente através da organização de contingências de reforço positivo. A modificação comportamental, nesse sentido, ajuda as pessoas organizando as condições sob as quais elas obtêm coisas, em vez de dar-lhes coisas. Essa é a sua característica essencial. (p. 40)

Ao mesmo tempo em que repete esse cuidado em diversas passagens nas quais se refere à MC, Skinner (1978) utiliza como intercambiáveis as expressões MC (com a definição devidamente corrigida) e ABA, como no trecho a seguir em que discute a aplicação da AC à resolução de problemas em instituições: "A modificação comportamental, definida corretamente como 'a análise aplicada do comportamento', é precisamente o que é necessário para corrigir essa deficiência da vida institucional, pois se preocupa em estabelecer contingências de reforço eficazes" (p. 41).

A despeito das distinções indicadas, o interesse na produção de conhecimento a respeito de certos fenômenos comportamentais culminou na realização de um grande número de pesquisas e intervenções com o propósito de alterar comportamentos considerados inadequados por profissionais da MC (Rutherford, 2006). Muitas dessas pesquisas/intervenções foram realizadas em instituições como hospitais psiquiátricos, prisões e asilos; ou com indivíduos vulneráveis como idosos, crianças diagnosticadas com algum transtorno psicológico, jovens encarcerados e qualquer indivíduo que apresentasse algum comportamento considerado inadequado à época (Holland, 1978; Rutherford, 2006), como as pessoas LGBT+, que foram submetidas a tentativas de conversão sexual, as quais serão foco deste trabalho[1].

O contexto histórico e social em que

[1] Considerando as divergências não apenas terminológicas, mas metodológicas e filosóficas apresentadas entre a MC, como um movimento muito heterogêneo, e a MC definida como ABA, enquanto aplicação sustentada na AC, esses trabalhos

modificadores do comportamento ou analistas aplicados do comportamento se envolveram na pesquisa e oferta profissional de tentativas de conversão sexual era marcado por uma concepção LGBTfóbica sobre a sexualidade humana, que estava presente nas mais variadas esferas da vida social. Para além das visões religiosas arraigadas até os dias atuais, entidades médicas e de Psicologia consideravam a homossexualidade e a transsexualidade como doenças, e o enfrentamento desta visão era feito principalmente por grupos ativistas, formados essencialmente pelas próprias pessoas LGBT+. A Revolta de Stonewall, em 1969, se tornou um marco relevante da luta LGBT+ nos EUA, tendo ocorrido quase 50 anos depois das primeiras aplicações em MC e quase 10 anos depois dos primeiros trabalhos em ABA. No interior das ciências psicológicas, destaca-se um protesto realizado na Reunião Anual da Associação Americana de Psicologia em 1970, resultando na retirada da homossexualidade do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais em 1973. Mais 17 anos foram necessários para que a Organização Mundial de Saúde retirasse a homossexualidade do Código Internacional de Doenças, e somente em 2008 a APA apresentou um relatório com diretrizes para as terapias afirmativas, propondo explicitamente uma linha de aceitação e não de conversão das orientações e identidades sexuais.

Diante desse contexto, considera-se que algumas populações não só não se beneficiaram como foram prejudicadas por práticas da MC. Enquanto a rápida disseminação de técnicas comportamentais alcançava certo sucesso em alguns contextos (Rutherford, 2006), em outros ela vinha acompanhada de procedimentos questionáveis e da indagação: a quem a modificação desses comportamentos estava servindo? Modificadores do comportamento passaram a ser alvo de severas críticas por parte de um público específico composto por familiares de indivíduos institucionalizados, associações de professores, advogados, etc. Além disso, as críticas também partiram de analistas do comportamento (e.g., Holland, 1978; Michael, 1977; Sidman, 1989/2001). As críticas apontam como tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista ético-político, estes intimamente relacionados, as tentativas de conversão sexual eram problemáticas. Os autores abordam como os princípios científicos do laboratório sobre controle aversivo, discriminação de estímulos etc. já mostravam que as intervenções com esta finalidade falhariam. Em outros momentos explicitam a incompatibilidade dessas intervenções com compromissos filosóficos do Behaviorismo Radical, questionando os valores e a ética dos profissionais (Rutherford, 2006). É nesse campo que se insere a terceira subárea da AC, em que se encontra o Behaviorismo Radical.

O Behaviorismo Radical pode ser descrito como a filosofia que embasa a ciência da AC, correspondendo assim "ao trabalho de sistematização conceitual da Análise do Comportamento e à reflexão sobre a extensão de seu projeto científico" (Tourinho, 1999, p. 215). Nos anos iniciais, B. F. Skinner foi um dos poucos analistas do comportamento a se dedicar profundamente à elaboração de trabalhos conceituais, sendo que a partir da década de 1950 foram predominantes em sua obra textos interpretativos que fortaleceram o projeto de Psicologia elaborado pelo autor[2] (Tourinho, 1999; Zilio, 2019).

serão considerados no presente artigo sob o rótulo MC, uma vez que se possa discutir sua adequação à definição de MC defendida por Skinner.

[2] É interessante ressaltar que Skinner não foi um expoente da MC. Para além dos trabalhos experimentais com animais não humanos e reflexões teóricas que compuseram a maioria de suas contribuições à AC, seu trabalho com seres humanos se deu especificamente no campo da educação, culminando em um de seus livros: *The Technology of Teaching* (1968). Tal

Para além dos trabalhos do próprio Skinner, a filosofia behaviorista radical abarca o conjunto de valores compartilhados pela comunidade dos analistas do comportamento, o que engloba "preconcepções sobre o mundo, considerações metacientíficas ou, especificamente, os pressupostos metodológicos, conceituais, epistemológicos, ontológicos, éticos e políticos" (Zilio, 2019, p. 238). Tais preconcepções podem ser consideradas um guia para a atuação de qualquer analista do comportamento, sendo que algumas das características centrais do Behaviorismo Radical são o selecionismo, o antimentalismo, o antiessencialismo, uma orientação empírico-indutivista na prática científica (Zilio, 2019), e o valor de sobrevivência da cultura como orientador da prática (Michael, 1977). O trecho a seguir de Michael (1977) evidencia parte dos posicionamentos embutidos na expressão "Behaviorismo Radical":

> … atividades profissionais devem ser direcionadas prioritariamente em direção ao desenvolvimento de práticas culturais com duradouro valor de sobrevivência da cultura. … no momento, behavioristas gastam tempo e energia demais em cura e não o bastante em prevenção; muito em fazer determinadas pessoas felizes e não o bastante em fazer pessoas em geral trabalhadoras mais efetivas pela sobrevivência. O fato de que a sociedade atual está disposta a pagar para behavioristas executarem certos serviços não significa que eles devam fazê-lo … o behaviorismo radical é muito mais do que uma abordagem particular para a psicologia científica. Ele é, na verdade, um estilo de vida que se sustenta em todos aspectos da condição humana. (p. 303)

É consenso entre autores que o desenvolvimento efetivo da AC enquanto uma área do conhecimento independente necessita de uma inter-relação entre suas diferentes subáreas: "as três subáreas estariam inter-relacionadas em um processo contínuo de alimentação recíproca" (Carvalho Neto, 2002, p. 2). Contudo, a literatura demonstra que isso não parece ter sido o que aconteceu (Strapasson et al., 2013), especialmente quando se analisam algumas pesquisas e intervenções realizadas por modificadores do comportamento. Tendo isso em vista, este manuscrito tem como objetivos (i) caracterizar os estudos voltados ao exame e tentativa de modificação de comportamentos sexuais e de gênero (i.e., conversão sexual) no segundo período da MC (ii) apontar incompatibilidades entre a filosofia behaviorista radical e as tentativas de conversão sexual; e (iii) apresentar um panorama da produção recente da AC que endossa a diversidade sexual e de gênero.

Caracterização do Estudo

De acordo com as diferentes funções e categorias descritas por Guimarães (2024) a respeito de estudos históricos no âmbito das Ciências e Psicologias, esta pode ser considerada uma pesquisa histórica. Segundo o autor, "a principal função das Histórias da Ciências é a explicitação das contingências passadas relacionadas a determinada prática científica" (p. 18). Além disso, ao destacar outras possíveis funções, como o auxílio na solução de problemas atuais e em como evitar erros do passado, o autor afirma que "as narrativas históricas sobre uma área do conhecimento podem indicar problemas em procedimentos; supostos eticamente questionáveis; divergências conceituais etc." (p. 14). Podendo ser realizados a partir de diferentes fontes (e.g., orais, textuais, monumentais etc.), com

trabalho pouco se aproxima das intervenções realizadas por modificadores do comportamento, apesar de o autor ser citado constantemente como base para as práticas da época.

diferentes perspectivas (e.g., externalista ou internalista; historicista ou presentista), os estudos históricos também focam diversos temas, frequentemente interrelacionados (e.g., pessoas, instituições, tópicos de pesquisa, processos sociais, debates etc.).

O presente estudo parte de um interesse inicial na história da Análise do Comportamento em relação à diversidade sexual e de gênero. Trata-se, assim, de um estudo histórico que foca primariamente em um tópico de pesquisa (diversidade sexual e de gênero) de uma ciência específica (Análise do Comportamento). Como foco secundário, a pesquisa também se debruça sobre a história de debates, considerando as posturas distintas de analistas do comportamento a respeito das tentativas de modificação de comportamentos sexuais e de gênero entre as décadas de 1950 e 1980 nos Estados Unidos. Diante das diversas possibilidades de realização de um estudo histórico, optou-se pelo uso de fontes textuais, com foco de análise dos eventos a partir da própria área, considerando tangencialmente aspectos externos a ela. Embora o estudo parta de problemáticas atuais em relação à diversidade sexual e de gênero, os debates foram abordados a partir de críticas que foram contemporâneas às tentativas de conversão sexual, o que os contextualiza em seu próprio tempo e espaço.

Isto posto, para cumprir os três objetivos, foram utilizados diferentes procedimentos de seleção e análise das fontes. Na primeira etapa, para caracterizar os estudos voltados ao exame e tentativa de modificação de comportamentos sexuais e de gênero no segundo período da MC, foi realizada uma busca em periódicos analítico-comportamentais com os termos "sex", "homosex", "transex", e no Google Acadêmico com esses termos combinados com "*behavior modification*" e "*behavior analysis*" e especificação de início em 1950, sem data final. Inicialmente, foram analisados títulos e resumos das publicações encontradas, buscando cumprir os seguintes critérios de inclusão: reproduzir uma visão patologizante de orientações e identidades não cisheteronormativas *e* usar ou descrever procedimentos reconhecidamente comportamentais *ou* os autores serem analistas do comportamento *ou* a publicação estar em periódicos analítico-comportamentais. Outros textos foram selecionados a partir das referências das publicações encontradas na primeira busca e com base em conhecimento prévio dos autores. A seleção de textos não visou esgotar a literatura sobre o tema, mas indicar um panorama geral dessas publicações que auxiliasse no cumprimento dos objetivos do estudo. Assim, o processo de seleção foi realizado de maneira concomitante com a análise dos textos, que consistiu na leitura integral, categorização dos principais dados, e análise interpretativa dos compromissos epistemológicos e éticos.

Na segunda etapa, para apontar incompatibilidades entre a filosofia behaviorista radical e as tentativas de conversão sexual, outros trabalhos foram resgatados a partir de buscas por palavras iniciadas por "sex", "homosex", "transex" e "bisex" e suas versões em português em periódicos e nos índices remissivos de livros de Análise do Comportamento, a partir das referências dos próprios artigos encontrados, a partir das referências de trabalhos mais atuais contendo críticas às terapias de conversão sexual (Conine et al., 2022; Morris et al., 2021; SEAB & LeBlanc, 2020), além da reunião de textos previamente conhecidos pelos autores. Foram incluídos textos em que se identificaram críticas que os próprios analistas do comportamento direcionaram às tentativas de conversão sexual proximamente à época em que foram realizadas e nas décadas subsequentes, sendo que o procedimento de análise interpretativa focou nas incompatibilidades dessas práticas com a proposta behaviorista radical. Sem a finalidade de constituir uma revisão sistemática da literatura sobre o tema, o

procedimento de busca e análise foi considerado suficiente para o objetivo de ilustrar a incompatibilidade das tentativas de conversão sexual com o Behaviorismo Radical, sem a pretensão de esgotar as críticas possíveis existentes na literatura.

Por fim, na terceira etapa, visando contemplar a literatura analítico-comportamental que se aproxima das pautas LGBT+ e para cumprir o objetivo de apresentar um panorama da produção recente da AC que endossa a diversidade sexual e de gênero, levantamos alguns dados a partir das revisões de Morris et al. (2021), Conine et al. (2021), Carvalho et al. (2013), nos números especiais dos periódicos *Behavior Analysis in Practice* e *Perspectivas em Análise do Comportamento*, e também por buscas não sistemáticas realizadas para o planejamento de disciplinas em curso de graduação sobre a produção analítico-comportamental em relação à população LGBT+, considerando os anos posteriores à MC até a atualidade. Com isso, foi realizada uma análise comparativa com as publicações selecionadas na primeira etapa, com foco em indicar caminhos promissores no estudo da sexualidade e do gênero, mesmo com o histórico espinhoso da área em relação ao tema.

A partir do exposto, o próximo tópico apresenta uma caracterização das publicações selecionadas na primeira etapa, já indicando pontos iniciais de problematização das tentativas de conversão sexual. Dividido em três subtópicos, o tópico seguinte analisa as incompatibilidades entre tais práticas com compromissos e princípios behavioristas radicais atestadas já à época por analistas do comportamento. Por fim, apresentamos um panorama das produções recentes sobre a população LGBT+, indicando a necessidade de uma inserção cuidadosa, respeitosa e afirmativa da Análise do Comportamento no campo dos estudos sobre sexualidade e gênero.

Modificação do Comportamento e Sexualidade

Os trabalhos de MC que visavam examinar ou alterar sexualidades e identidades de gênero dissidentes são diversos e intragáveis para um leitor consciente das pautas de Direitos Humanos e LGBT+ em nosso tempo. Portanto, é necessário fazer um alerta ao leitor quanto aos estudos apresentados na Tabela 1 e a descrição que virá a seguir. Assim como a análise desses textos foi estímulo para diversas reações desconfortáveis, a leitura deste tópico pode também ser incômoda. Entende-se que essas emoções podem ser geradas pela identificação do leitor com os participantes das intervenções mencionadas, assim como pela conscientização de que essas intervenções representam violência e discriminação com uma população que lutou – e continua lutando – para ser reconhecida como humana e digna de direitos e respeito. Apesar disso, entende-se também que esse incômodo pode e deve ser ponto de partida para a geração de mudanças tanto no âmbito individual como social.

Assim, o objetivo de apresentar tais estudos é identificar as diversas contradições neles existentes e como, do nosso ponto de vista, eles se embasaram em critérios éticos absolutamente duvidosos para o Behaviorismo Radical. É importante deixar explícita a posição dos autores de reprovação a esses trabalhos, que de maneira alguma devem embasar qualquer prática psicológica. Isto posto, a Tabela 1 apresenta as 28 publicações selecionadas, que reproduziram visões patologizantes de orientações e identidades não cisheteronormativas. São apresentadas também as letras que serão usadas para referenciar os textos ao longo deste tópico; os autores; o ano em que foram publicados; o local de publicação; os fenômenos de interesse dos estudos; e os procedimentos utilizados.

Tabela 1
Estudos de Modificação do Comportamento com Enfoque Patologizante de Orientações e Identidades Não Cisheteronormativas

Letra	Autor(es)	Ano	Local de Publicação	Fenômenos de Interesse	Procedimentos
A	Freund	1963	*Behav. Res. Ther.*	Homossexualidade, Heterossexualidade	Medida da ereção
B	Feldman, MacCulloch	1964	*Behav. Res. Ther.*	Homossexualidade	Esquiva antecipatória
C	Freund et al.	1965	*JEAB*	Instrumento de medida da ereção	Nota técnica
D	Bancroft et al.	1966	*Behav. Res. Ther.*	Pedofilia, Instrumento de medida da ereção	Aversão elétrica
E	Kraft	1967	*Am. J. Psychother.*	Homossexualidade	Dessensibilização
F	MacCulloc, Feldman	1967	*BMJ*	Homossexualidade	Esquiva antecipatória
G	Bancroft, Marks	1968	*Proc. R. Soc. Med.*	Homossexualidade, Pedofilia, Travestilidade, Transexualidade, Fetiche, Sadomasoquismo	Aversão elétrica
H	Evans	1968	*Behav. Res. Ther.*	Exibicionismo	Esquiva antecipatória
I	Bancroft	1969	*Br. J. Psychiatry*	Homossexualidade	Aversão elétrica
J	Laws, Rubin	1969	*JABA*	Resposta de ereção	Medida da ereção
K	Abel et al.	1970	*J. Behav. Ther. Exp. Psychiatry.*	Exibicionismo, Masoquismo, Travestilidade	Aversão elétrica
L	Bancroft	1970	*Behav. Ther in the 1970s*	Homossexualidade	Aversão elétrica, Dessensibilização
M	Barlow et al.	1970	*JABA*	Instrumento de medida da ereção	Nota técnica
N	Huff	1970	*Behav. Res. Ther.*	Homossexualidade	Dessensibilização
O	Marquis	1970	*J. Behav. Ther. Exp. Psychiatry.*	Homossexualidade, Fetiche, Sadomasoquismo, Pedofilia	Recondicionamento orgásmico
P	Henson, Rubin	1971	*JABA*	Resposta de ereção	Medida da ereção
Q	LoPiccolo	1971	*Behav. Ther.*	Homossexualidade	Dessensibilização
R	Barlow et al.	1972	*Behav. Res. Ther.*	Homossexualidade	Sensibilização encoberta
S	Barlow	1973	*Behav. Ther.*	Técnicas comportamentais	Revisão
T	Barlow, Agras	1973	*JABA*	Homossexualidade	*Fading*, Aversão elétrica
U	Herman et al.	1974	*Behav. Res. Ther.*	Homossexualidade, Pedofilia	Exposição
V	Herman et al.	1974	*Behav. Ther.*	Homossexualidade	Condicionamento clássico

Letra	Autor(es)	Ano	Local de Publicação	Fenômenos de Interesse	Procedimentos
W	Rekers, Lovaas	1974	*JABA*	Transexualidade	Reforçamento, Punição
X	Abel et al.	1975	*Arch. Sex. Behav.*	Homossexualidade	Medida da ereção
Y	Abel et al.	1975	*JABA*	Transexualidade, Fetiche, Abuso sexual	Medida da ereção
Z	Barlow et al.	1975	*Behav. Res. Ther.*	Homossexualidade	*Biofeedback*
AA	Conrad, Wincze	1976	*Behav. Ther.*	Homossexualidade	Recondicionamento orgásmico, Aversão elétrica
AB	Hayes et al.	1983	*Behav. Res. Ther.*	Exibicionismo, Homossexualidade, Pedofilia	Sensibilização encoberta, Treinamento de habilidades "heterossociais"

As publicações selecionadas ocorreram entre os anos de 1963 e 1983, sendo que o ano com mais publicações foi 1970, com um total de cinco. Entre os autores, David Barlow (1942-) é o que mais se destaca, sendo primeiro autor de cinco publicações (M; R; S; T; Z), e presente também em outras cinco (U; V; X; Y; AB). Quanto aos locais de publicação, o periódico *Behaviour Research and Therapy* é o que contém o maior número, com um total de nove.

Em relação aos fenômenos de interesse dos estudos, a homossexualidade masculina foi o foco principal (A; B; E; F; G; I; L; N; O; Q; R; T; U; V; X; Z; AA; AB), sendo a homossexualidade feminina abordada em duas publicações (F; O). Alguns estudos visaram modificar outros comportamentos considerados igualmente pelos autores como um "desvio sexual": pedofilia (D; G; O; U; AB); transexualidade (G; W; Y); travestilidade (G; K); fetiches diversos envolvendo pés/sapatos (O; Y), sadomasoquismo (G; K; O), exibicionismo (H; K; AB); e abuso sexual (Y).

Quanto à natureza dos trabalhos, cabe destacar que um texto (S) é uma revisão de literatura que apresenta as principais técnicas comportamentais utilizadas na década de 1970 para modificar a orientação homossexual e outros dois (C; M) são notas técnicas. Foram identificadas também publicações que se utilizaram de diversos procedimentos que tinham o objetivo de modificar comportamentos sexuais a partir de técnicas comportamentais; e um procedimento de mensuração da resposta de ereção peniana diante de diferentes estímulos.

As notas técnicas focam na descrição de um aparelho de medida da ereção peniana, com detalhes de sua estrutura e funcionamento. Esse tipo de aparelho foi utilizado com diferentes propósitos, de diagnóstico, tratamento e avaliação de resultados (Abel et al., 1975) por muitos dos estudos analisados (A; D; G; I; J; K; L; P; R; T; U; V; X; Y; Z; AA; AB). Para além desse instrumento, o registro diário de comportamentos sexuais abertos (e.g., masturbação ou relação sexual hetero ou homossexual) e encobertos (e.g., fantasias, "impulsos"); o relato dos participantes; e a aplicação de questionários e escalas também foram tomados como medida (D; H; I; K; L; N;

Q; R; T; V; AB).

Entre os procedimentos utilizados para a modificação dos chamados "desvios sexuais" estão a aversão elétrica (D; G; I; K; L; T; AA), a dessensibilização sistemática (E; L; N; Q), a aprendizagem por esquiva antecipatória (B; F; H), a sensibilização encoberta (R; AB), o recondicionamento orgásmico (O; AA), o condicionamento clássico (V), o treinamento de habilidades "heterossociais" (AB), o *fading* (T), o *biofeedback* (Z) e a exposição (U). Tais procedimentos foram usados isoladamente ou de maneira combinada. Já os estudos que visavam avaliar os comportamentos "desviantes" focaram em diferentes aspectos: efetividade de diferentes modalidades de estímulos (e.g., imagens, vídeos, áudios) na geração de respostas de ereção (X; Y), identificação da resposta de ereção como voluntária (J; P; X) e identificação da orientação sexual pelo uso do aparelho medidor da ereção (A).

Uma constatação feita por Barlow (1973) lança luz a algumas especificidades das técnicas empregadas, que tinham diferentes objetivos: "a dessensibilização sistemática, no primeiro momento, é direcionada a reduzir a 'ansiedade' heterossexual. Procedimentos de pareamento ou técnicas de *fading*, por outro lado, são planejadas para incitar excitação heterossexual, enquanto o treinamento social objetiva ensinar habilidades heterossociais adequadas" (pp. 666-667). Alguns estudos ainda (Q; S; T) questionaram o uso da aversão elétrica porque ela visava apenas suprimir o comportamento "desviante", não ensinando formas "adequadas" de se comportar. Além disso, algumas reações emocionais durante e após o procedimento de aversão elétrica foram observadas e explicitadas em alguns estudos (G; I; K), entre elas ansiedade, agressividade e humor depressivo.

A falta de diálogo com a filosofia behaviorista radical pode ser primeiramente observada na tentativa de aproximar ou unificar os estudos sobre sexualidade das abordagens behaviorista e psicanalítica (I; Q; U), que se distanciam consideravelmente na maneira como percebem e explicam as relações do ser humano com o mundo. Nessa tentativa de aproximação, a explicação da homossexualidade estaria pautada em um medo excessivo e incapacitante do sexo oposto (N; Q; U). Essa explicação serviu de base para um posicionamento favorável a tratamentos não aversivos da homossexualidade, como é o caso de LoPiccolo (1971) com a dessensibilização sistemática:

> A terapia aversiva essencialmente coloca o terapeuta em uma posição desconfortável de adotar uma *postura moralista [ênfase adicionada]*. Em essência, ele está dizendo, "homossexualidade é ruim. Eu vou fazer com que seja impossível para você o engajamento na homossexualidade". Em contraste, a dessensibilização sistemática não requer que o terapeuta assuma uma posição moralista ou diretiva com o paciente. *De fato* [ênfase adicionada], se a homossexualidade é uma resposta ao medo de mulheres, a dessensibilização na verdade aumenta a liberdade do paciente. (p. 398)

Como será explicitado nos próximos subtópicos, *de fato*, a afirmação de que o medo é causa de qualquer comportamento ou

fenômeno comportamental complexo, como é o caso da orientação sexual, é incompatível com pressupostos analítico-comportamentais, como o selecionismo, o antimentalismo e o antiessencialismo (Malott, 1996; Skinner, 1953/2003, 1981). Desde a adoção dessa explicação, que naturaliza a heterossexualidade, a "postura moralista" já se mostra presente. O autor não propõe a mesma estratégia para modificar o comportamento das pessoas heterossexuais e, com isso, "aumentar sua liberdade". A proposta de LoPiccolo (1971) de que a dessensibilização sistemática proporcionaria liberdade para a pessoa em tratamento endossa a mesma visão de mundo moralista da terapia aversiva: ambas lidam com a homossexualidade como comportamento que deve diminuir de frequência por ser "inapropriado". No limite, com maior ou menor grau de aversividade, são propostas de modificação da orientação sexual do indivíduo e o questionamento ético-político da prática científica não foi alvo de discussão.

Isso fica mais evidente quando observamos as justificativas dadas por alguns autores às suas intervenções. No estudo AB, publicado por Hayes et al. (1983) 10 anos após a retirada da homossexualidade do DSM, os autores justificaram a realização do procedimento com o argumento de que o próprio participante estava convicto de que queria modificar sua orientação sexual, mesmo cientes das fortes recomendações para o não tratamento da homossexualidade.

No artigo W[3], realizado com uma criança de 5 anos que apresentava comportamentos considerados femininos (e.g., brincar com bonecas, vestir roupas e acessórios da mãe etc.), os autores tomam extremo cuidado em afirmar que aquele era o caso "mais severo" já analisado por uma "autoridade psiquiátrica" (Rekers & Lovaas, 1974, p. 174) e que os pais estavam desesperados à procura de um tratamento para o filho. Para além dos questionamentos em relação a essa justificativa, abordados mais adiante, cabe a interpretação de que os próprios autores tinham ciência de que seriam criticados pelo "tratamento" oferecido e ainda assim optaram por realizá-lo e publicá-lo.

Incompatibilidades dos Trabalhos de Modificação do Comportamento Sexual e de Gênero com o Behaviorismo Radical

Diferentes aspectos presentes nas intervenções aqui descritas foram criticados por behavioristas radicais por sua incompatibilidade com a proposta da AC (e.g., Conine et al., 2022; Morris et al., 2021; SEAB & LeBlanc, 2020), quer seja em sua dimensão teórico-filosófica, quer seja com os princípios comportamentais básicos investigados e descritos pela AEC e pela ABA. Embora esses trabalhos recentes citados tenham feito críticas muito pertinentes, pretendemos demonstrar diferentes críticas que já existiam à época (Holland, 1978; Mallot, 1996; Nordyke et al., 1977; Sanderson, 1979; Sidman, 1989/2001; Winkler, 1977), o que atesta a compatibilidade do Behaviorismo Radical com uma visão não patologizante da sexualidade humana. A apresentação das contribuições desses autores foi organizada em três subtítulos, em que são discutidas como exemplos três fontes de incompatibilidade das

[3] Uma "expressão de preocupação" foi publicada em 2020 pelo *Journal of Applied Behavior Analysis* em relação a esse manuscrito de Rekers e Lovaas (1974), sendo esse o único dos textos analisados a receber esse tipo de nota institucional.

tentativas de conversão sexual apresentadas com a proposta behaviorista radical: (1) o essencialismo, normatividade e patologização presentes na concepção de comportamento desses trabalhos; (2) o uso do controle aversivo como estratégia de modificação do comportamento sexual; e (3) a adoção de explicações mentalistas para comportamentos sexuais e de gênero ao lidarem com o debate inato *versus* aprendido.

Essencialismo, Normatividade e Patologização do Comportamento

Um dos aspectos criticados por Nordyke et al. (1977), Winkler (1977), e também por Sidman (1989/2001), é a visão essencialista e normativa presente em trabalhos de conversão sexual ao rotularem os comportamentos dos participantes com base em classificações socialmente estabelecidas como se fossem realidades naturais, imutáveis e inerentemente problemáticas ou patológicas. Analistas do comportamento compartilham do pressuposto de que seu objeto de estudo, o comportamento, "é extremamente complexo … mutável, fluido e evanescente" (Skinner, 1953/2003, p. 16), sendo determinado por três níveis de seleção ambiental: a seleção natural, ou filogênese, relativa à história evolutiva das espécies em que contingências de sobrevivência selecionam determinadas características genéticas nos organismos; e a seleção de comportamentos por consequências reforçadoras na história do indivíduo; que, no caso dos seres humanos, inclui a evolução de práticas culturais selecionadas pelas suas consequências para os grupos que as praticam (Skinner, 1981).

Adotar tal visão leva à conclusão de que, ao compreender-se o desejo ou a orientação sexual e a identidade sexual e de gênero como comportamentos, assume-se que (1) sua classificação sempre será desafiadora, complexa e inesgotável, dada a diversidade de possibilidades para a manifestação dos comportamentos sexuais e de gênero pela espécie humana; (2) estes comportamentos são estabelecidos pela história genética e ambiental do indivíduo, incluindo o seu ambiente social; e (3) são comportamentos adaptativos às contingências de sobrevivência e de reforçamento. Não há comportamento patológico e a aceitação ou não aceitação social de um comportamento é que define quais padrões de comportamento são considerados "normais" ou "patológicos", o que exige uma reflexão cuidadosa sobre esses critérios sociais. Desconsiderar tal posicionamento é retornar ao modelo médico tradicional da Psicologia mentalista, ao qual os behavioristas se opunham e diante do qual propuseram o modelo psicológico, que, de maneira alternativa, compreende o comportamento como sendo sempre uma adaptação ao ambiente, sobretudo ao ambiente social (Micheletto, 2001; Skinner, 1953/2003).

Partindo desses pressupostos, alguns autores (Nordyke et al., 1977; Winkler, 1977) apontam como estranho que os modificadores do comportamento tenham partido de uma classificação do comportamento sexual e de gênero binária, patologizante e essencialista, em que o indivíduo seria enquadrado em algumas poucas categorias que representariam ou não a normalidade. Por exemplo, fazendo uma crítica direta ao trabalho de Rekers e Lovaas (1974), mencionado anteriormente, Winkler (1977) questiona o uso de conceitos tradicionais de papéis-sexuais na definição dos comportamentos-alvo e a natureza patológica suposta pelo planejamento do estudo, bem como a possibilidade de previsão do comportamento sexual adulto a partir do comportamento atual de uma criança de 5 anos, inserindo tal discussão dentro de uma pergunta mais ampla a ser respondida: "A quem o terapeuta deveria servir?".

O Behaviorismo Radical é mais compatível

com a noção de que mudança planejada de comportamento envolve sempre um determinado contexto social, e, portanto, não é isenta de avaliação ética contínua. Apesar disso, essa posição não torna o behaviorista radical um completo relativista, existem princípios norteadores para tal reflexão ética. Na crítica que Nordyke et al. (1977) fazem ao mesmo trabalho de Rekers e Lovaas (1974), fica evidente a necessidade de posicionamento ético-político claro por parte dos analistas do comportamento e alguns dos parâmetros a levar em consideração ao posicionar-se, tais como o papel social da terapia comportamental, a opinião de pessoas que pertencem aos grupos envolvidos na oferta de serviços de MC, principalmente daqueles cujo sofrimento busca-se diminuir, e a defesa da diversidade na sociedade ao invés da normatização:

> A razão final para o tratamento se referia ao fato de que os pais do menino estavam preocupados. Se um terapeuta leva apenas esse ponto em consideração, então, o profissional se tornou um agente dos pais e não da criança ou da sociedade. É possível o terapeuta justificar tal papel míope? Quais seriam as consequências para o campo e para a sociedade se isso se tornasse uma prática comum? … No caso em questão, os terapeutas poderiam ter consultado homens e mulheres do movimento feminista, porta-vozes de organizações lésbicas e homossexuais, representantes da posição da AABT acerca do tema homossexualidade, defensores dos direitos da criança e outros. Essas pessoas poderiam ter mostrado aos terapeutas outras dimensões da rotulação de papéis sexuais como um processo social. (Nordyke et al., 1977, p. 554)

Os autores também deixam evidente que o fato de haver pressão social a determinado grupo de pessoas por conta de seus comportamentos não é suficiente para se optar por mudar tais comportamentos, devendo-se sempre questionar se não é o grupo que os pressiona que deve ser mudado. Para estabelecer um comportamento como alvo de intervenção é importante que se identifique que este tem produzido prejuízos e sofrimento ao indivíduo que o emite, mas, mais do que isso, é importante considerar o papel da própria sociedade na produção deste sofrimento. Nas palavras de Nordyke et al. (1977):

> Quando se lida com mudança de comportamento que pode alterar a totalidade do estilo de vida de uma pessoa, terapeutas deveriam "definir com precisão todas as dimensões relevantes dos programas de serviços, bem como seus efeitos de curto e de longo prazo" (Davison & Stuart, 1975, p. 760). … Por exemplo, feministas podem ser desprezadas(os) e isoladas(os) por segmentos da sociedade e, embora não devam apreciar tal desprezo social, a maioria indicou a necessidade de programas de modificação direcionados não a si mesmas(os), mas a amplos segmentos sociais, os mesmos que criam as ocasiões para os problemas enfrentados por feministas … nem toda pressão social, nem mesmo toda pressão social extensiva, deve ser considerada para definir um desvio que, logo, precisaria de tratamento. (p. 554)

As críticas feitas por Winkler (1977) e Nordyke et al. (1977) ocorreram de maneira contemporânea ao trabalho de Rekers e Lovaas (1974) e de muitos outros trabalhos de MC similares, propostos em bases cisheteronormativas. Esse fato não só evidencia a compatibilidade do Behaviorismo Radical com a diversidade sexual e de gênero, uma vez que tais posicionamentos críticos ocorreram em um momento histórico em que a visão predominante na Psicologia, na Psiquiatria e na sociedade era a de patologização, como também evidencia que esses autores que se posicionaram a

favor da diversidade, bem como os princípios teóricos e filosóficos em que se baseiam, não foram levados em consideração por aplicadores, que continuaram a ofertar terapias de conversão sexual.

As colocações de Sanderson (1979) evidenciam que a posição behaviorista radical não é somente incompatível com a opressão de pessoas LGBT+, como é consistente com a busca por elucidação das contingências sociais que levam à sua opressão:

> Por que os homossexuais são oprimidos? … Uma possibilidade é que qualquer comportamento sexual que desvie da união heterossexual é tido como um ataque direto à família nuclear, a instituição e unidade básica do sistema capitalista. Heterossexualidade e papéis de gênero definidos são necessários para a manutenção da divisão do trabalho. (p. 10)

O Uso do Controle Aversivo como Estratégia de Mudança Comportamental

Como explicitado anteriormente, aplicações em MC ocorridas até meados dos anos 1980 com o objetivo de alterar a orientação sexual ou identidade de gênero tiveram como principal marca o uso do controle aversivo dentre seus procedimentos. A despeito da existência de um debate conceitual acalorado a respeito do controle aversivo e seus efeitos por parte de pesquisadores da área (Holth, 2005), há grande consenso entre muitos analistas do comportamento, dentre eles Skinner, Sidman e Holland sobre a não recomendação do uso aplicado do controle aversivo na mudança planejada do comportamento humano.

Na interpretação desses autores, o controle aversivo (especialmente o de origem social) é responsável por muitos dos problemas que enfrentamos, levando ao sofrimento e a prejuízos individuais e coletivos. No caso de pessoas LGBT+, o controle aversivo presente nas práticas culturais LGBTfóbicas parece explicar muitos dos comportamentos que em outros momentos históricos levaram aqueles em posição de poder a classificar as pessoas LGBT+ como "pecadoras", "criminosas", e, na história mais recente, "doentes". Em uma sociedade que pune comportamentos que não atendem aos padrões cisheteronormativos, é mais do que esperado que pessoas LGBT+ se sintam mal consigo mesmas e até manifestem o desejo de não serem como são, ou seja, apresentem comportamentos de fuga e esquiva em relação a esse controle aversivo. Esses efeitos da própria exclusão social de minorias sexuais e de gênero justificaram por séculos a intensificação do controle aversivo como suposto "remédio", na forma de castigos, torturas, prisão, pena de morte, tratamentos químicos e, em sua versão psicológica, as tentativas de conversão sexual.

Holland (1978) é bastante contundente ao denunciar que por trás da imagem de um "tratamento" para os homossexuais, a terapia aversiva esconde apenas mais uma forma de retaliação social à diversidade sexual que reproduz preconceitos sociais e que está reservada exclusivamente àqueles que já são normalmente punidos pela sociedade:

> É interessante que a terapia aversiva seja usada quase exclusivamente para comportamentos que, em contextos não-terapêuticos, são objeto de severas sanções e retaliações. Muitos toleram, ou exigem, a punição do homossexual … Essas vítimas são objeto de escárnio e de retaliação; são também o objeto da terapia aversiva. Ao mesmo tempo a terapia aversiva está notavelmente ausente no tratamento de uma série de problemas que em geral não causam repulsa nas outras pessoas. … Um homossexual pode receber choques por ter uma ereção quando lhe mostram uma fotografia, mas o paciente em terapia para

> impotência não leva choques por fracassar ao tentar uma ereção em circunstâncias semelhantes. Se a terapia aversiva é tão efetiva, por que ela é reservada para os considerados desprezíveis? (p. 165)

Partindo desta concepção sobre os reais problemas vividos pelas pessoas LGBT+, Sanderson (1979), já naquela época, apresentou qual seria o verdadeiro potencial da AC no cuidado desta população:

> O terapeuta deveria encorajar o cliente a identificar as fontes e agentes de opressão. Todas as pessoas que se identificam como "homossexual" experimentam alguma forma de opressão. A realidade da opressão deve ser trazida à consciência antes que possa haver qualquer mudança ou luta contra a opressão. O terapeuta deveria desenvolver uma relação de apoio de pares com o cliente. … Infelizmente, terapeutas têm permitido há muito tempo eles mesmos fazerem parte da opressão. (p. 10)

Ao discutir os problemas dos conceitos de "normalidade" e "anormalidade", Sidman (1989/2001) reitera os argumentos apresentados anteriormente:

> Muitos psicólogos, refletindo a hostilidade pública em relação à homossexualidade, a pronunciam como desviante e oferecem curas. Tentativas de impor critérios absolutos de normalidade sexual não consideram que muitos homossexuais se sentem perfeitamente bem consigo mesmos e que muitos outros iriam se sentir bem se não fosse pelas pressões coercitivas que são exercidas sobre eles. (p. 195)

O posicionamento desses behavioristas radicais sobre o controle aversivo (e, por consequência, sobre todas as tentativas de conversão sexual antes descritas que o legitimam), exemplificado pelos excertos de Holland (1978), Sanderson (1979) e Sidman (1989/2001), é compatível com concepções mais atuais sobre a diversidade sexual e de gênero, que questionam e denunciam as mazelas da cisheteronormatividade, cujos efeitos danosos ocorrem inclusive para aqueles cujos comportamentos estão alinhados às expectativas sociais.

Explicações Mentalistas para a Sexualidade e Identidade de Gênero Humanas: Superando o Debate Inato *versus* Aprendido

A concepção anteriormente apresentada, de que a orientação sexual e a identidade de gênero são comportamentos e de que o comportamento é sempre adaptativamente determinado por contingências filogenéticas, ontogenéticas e culturais (Skinner, 1981), permite confrontar algumas das visões tradicionais sobre o tema. Em primeiro lugar, tal visão contraria a noção de "escolha sexual" ou "opção sexual" defendida por muitos que advogaram pela terapia de conversão sexual, incluindo autores da Psicologia. Segundo esta noção, indivíduos escolhem ser homossexuais, transexuais, etc. e, portanto, podem alterar tal escolha. Uma visão filosófica que compreende o comportamento como um fenômeno multideterminado historicamente por variáveis ambientais anula a possibilidade de atribuir ao próprio indivíduo as causas de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Ao mesmo tempo, a posição behaviorista radical opõe-se a outras, que, apesar de compartilharem da busca por causas do comportamento, mantêm o discurso moralista sobre o que é "natural" ou "normal" na sexualidade humana. Essas posições podem ser resumidas, ainda que de maneira caricata, como as duas visões antagônicas no debate "inato *verus* aprendido". A posição inatista afirma que a orientação sexual e a identidade de gênero "nasce com o indivíduo", atribuindo-as geralmente a fatores biológicos,

hormonais e genéticos. A posição oposta defende que orientação sexual e identidade de gênero são aprendidas nas relações sociais do indivíduo (Villa & Melo, 2021).

Acontece que nenhuma das duas visões leva automaticamente à defesa das ou violência contra pessoas LGBT+. Muitos argumentos contra as tentativas de conversão sexual afirmam que a homossexualidade e a transgeneridade são naturais e por isso não devem ou não podem ser alteradas. Esse é um argumento tão essencialista quanto aquele usado para dizer que a heterossexualidade e a cisgeneridade deveriam ser consideradas como modelos normais de comportamento por serem o natural. Em uma sociedade LGBTfóbica, assumir tal posição pode levar, por exemplo, à busca dos fatores genéticos, fisiológicos e anatômicos associados à homossexualidade ou transgeneridade e então à sua prevenção, ou, como já demonstrou a história, à busca pelo seu extermínio. Malott (2007) apresenta muitos fatos na história da ciência que atestam como o determinismo biológico, ou seja, a visão de que os fatores biológicos ou genéticos são as causas principais ou únicas de diferenças comportamentais, levou a práticas científicas e serviu como justificativa para práticas sociais estarrecedoramente racistas, sexistas, classistas, LGBTfóbicas e, não menos importante, mentalistas.

A posição de que orientação sexual e identidade de gênero são completamente aprendidas tem sido mais diretamente identificada com as tentativas de conversão sexual. Ela é problemática, do ponto de vista do Behaviorismo Radical, por ignorar aspectos filogenéticos do comportamento humano, bem como que nem todo comportamento aprendido pode ser facilmente alterado, pois tal aprendizagem pode envolver um conjunto complexo de contingências que estejam fora do alcance para seu controle, e, principalmente, que nem todo comportamento aprendido deve ser alterado, no sentido de que devem ser avaliados os interesses sociais por trás da mudança pretendida.

Como propõe Skinner (1974/2006), a busca teórica pelas causas do comportamento é, em sua origem histórica, uma busca prática por meios de prever e controlar comportamento. Sendo assim, o behaviorista radical deveria ao menos suspeitar da frequência desigual com que as causas da homossexualidade e transexualidade são tema de debate acadêmico quando comparada à inquirição sobre as causas da heterossexualidade. Talvez exista nessa curiosidade aparentemente ingênua uma motivação pouco explicitada em modificar comportamentos socialmente desprezados.

Ao considerar os três níveis de seleção como determinantes do comportamento, e sem pressupor uma sobredeterminação ou hierarquia de importância entre eles, o Behaviorismo Radical permite superar as dicotomias inato *versus* aprendido, biológico *versus* psicológico/social. Orientação sexual e identidade de gênero envolvem tanto aspectos filogenéticos quanto ontogenéticos e culturais em sua determinação, interagindo de maneira complexa. Mas o Behaviorismo Radical permite-nos avançar ainda mais ao nos perguntar: por que estamos interessados em saber as causas desses comportamentos se não há razões plausíveis para que precisem ser planejadamente manipulados? Parece razoável que uma sociedade se pergunte sobre os determinantes da leitura e da escrita quando tem o interesse de promover esses comportamentos em seus membros mais jovens, ou que se pergunte sobre as causas da depressão e da ansiedade quando pretende desenvolver estratégias para reduzir esses comportamentos que trazem sofrimento aos seus indivíduos. Mas por que uma sociedade precisaria identificar as causas dos comportamentos sexual e de gênero apresentados por seus membros se eles em si não causam sofrimento algum?

Malott (1996) resume os problemas do debate inato *versus* aprendido para o avanço da justiça social para pessoas LGBT+ ao afirmar que “a

homofobia é tão arraigada em nossa cultura que a resolução do debate inato *versus* adquirido teria pouco impacto na questão de qualquer maneira" (p. 134). Fica evidente que, além dos aspectos discutidos anteriormente, a ênfase no debate inato *versus* aprendido desloca a atenção de cientistas, ativistas e do público em geral, fazendo com que não se discutam as pautas realmente importantes para a produção de condições de vida dignas para pessoas pertencentes às minorias sexuais e de gênero.

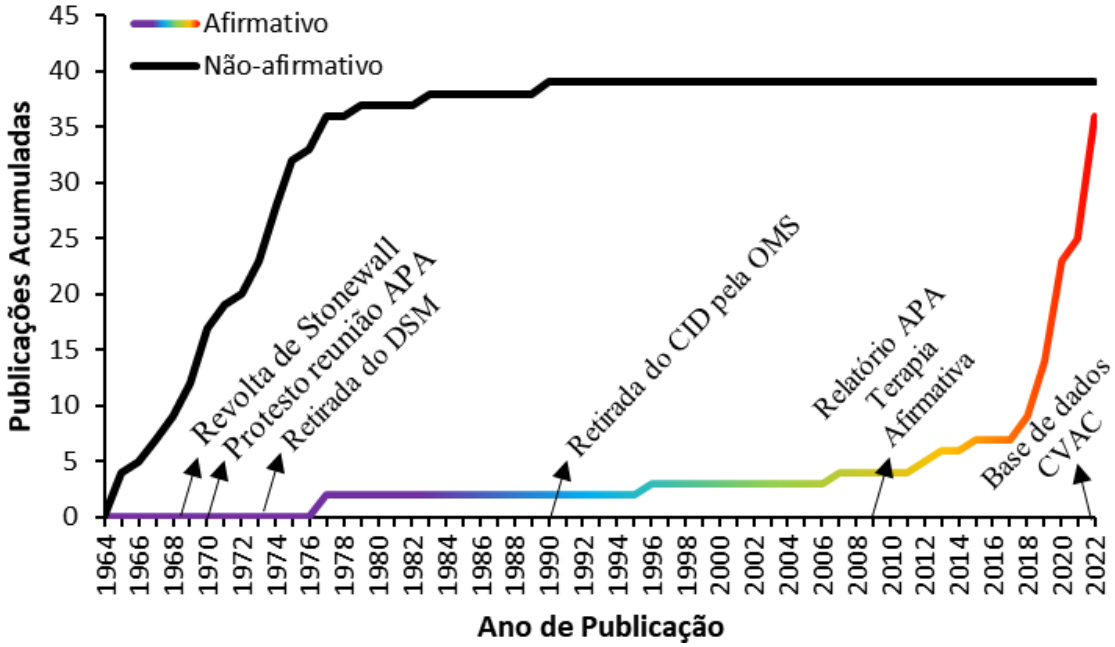
Sexualidade e Análise do Comportamento: Produções Recentes

Apesar de todas as compatibilidades da filosofia behaviorista radical e da ciência da AC com a luta do movimento LGBT+ por seus direitos sociais, que esperamos ter demonstrado ao longo deste manuscrito, não podemos ignorar o fato perturbador de que o posicionamento, no passado, de muitos analistas do comportamento em relação ao tema é um motivo de vergonha. Se considerarmos fatos históricos importantes para a mudança da visão social sobre pessoas LGBT+ e para a conquista de direitos dessa população, como as lutas ocorridas em Stonewall em 1969, a interrupção de uma apresentação de trabalho de conversão sexual na reunião anual da APA de 1970 como protesto, e a retirada da homossexualidade como doença no DSM em 1973 e do CID em 1990, a insistência de analistas do comportamento em terapias de conversão sexual até meados dos anos 1980 é estarrecedora.

Felizmente, o cenário atual é motivo de orgulho. Têm sido crescentes as produções analítico-comportamentais compatíveis com uma visão afirmativa sobre as pessoas LGBT+. Os textos atuais se caracterizam pela análise da opressão sofrida por minorias sexuais e de gênero (e.g., Fazzano & Gallo, 2015; Barbosa & Ferraz, 2019; Mussi & Malerbi, 2020; Padilha et al., 2022), pelo desenvolvimento de procedimentos para identificar e influenciar o preconceito sexual e de gênero e discussões metodológicas sobre os limites e possibilidades destes procedimentos (e.g., Martins, 2020), pela descrição e avaliação de intervenções em terapia afirmativa (e.g., Mussi & Malerbi, 2022), por propostas de Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero utilizando o arcabouço teórico e técnico da AC (e.g., Leland & Stockwell, 2019; Mussi, 2022) e pelo debate de questões éticas e políticas relacionadas à própria prática científica em nossa área quando se trata da população LGBT+ (e.g., Carvalho et al., 2011; Mizael, 2018; Szabo, 2020; Morris et al., 2021). Para uma visão abrangente da produção analítico-comportamental sobre sexualidade e gênero no contexto brasileiro, consultar o trabalho de Cravo et al. (2022). Como citado anteriormente, alguns trabalhos têm se dedicado especificamente a discutir erros do passado, mostrando a importância de a AC responder às questões contemporâneas (Conine et al., 2022; SEAB & LeBlanc, 2020).

Como podemos observar na Figura 1, até 2022 essas produções não superaram em número aquelas que nos envergonham, mas tornaram-se as únicas existentes a partir dos anos 1990 e apresentam frequência positivamente acelerada, existindo atualmente números inteiros dedicados especialmente ao tema em importantes periódicos internacionais (ver *Behavior Analysis in Practice*, 2019, v. *12*, n. 4 sobre diversidade e equidade na AC) e nacionais (ver *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 2022, v. *13*, n. 1 sobre estresse de minorias).

Figura 1
Frequência acumulada de produções analítico-comportamentais identificadas sobre a comunidade LGBT+ ao longo dos anos.



A própria reunião e organização de analistas do comportamento pertencentes à comunidade LGBT+ no Brasil, no Coletivo Vale da Análise do Comportamento (CVAC), a criação de uma Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero na Associação Brasileira de Ciências do Comportamento (ABPMC) e a abertura de uma seção especial neste volume da Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, atestam uma mudança sem precedentes no interior da comunidade da AC quanto às minorias sexuais e de gênero.

Este é um salto qualitativo para a nossa ciência, que só tem a ganhar com sua abertura para a solução dos problemas sociais, objetivo último da proposta skinneriana. Lembrando da conhecida pergunta feita por Holland (1978), parece que desta vez estamos dando passos na direção de fazer parte da solução e não mais (ou apenas) do problema. Este é o conselho do autor para aqueles que desejam se manter nesta direção: "se nos mantivermos fiéis à nossa ciência, é possível que no futuro nos tornemos parte da solução. Isto porque, a Análise do Comportamento, enquanto ciência, se baseia em uma visão das pessoas que é compatível com a reforma social" (pp. 163-164).

Considerações Finais

O presente estudo teve como foco um histórico espinhoso de tentativas de conversão sexual realizadas durante um movimento histórico conhecido como Modificação do Comportamento, do qual participaram analistas do comportamento. Ressaltando a importância da interrelação entre os campos experimental, aplicado e teórico na Análise do Comportamento, buscamos demonstrar que a visão sobre o ser humano, sua relação com o mundo e os valores éticos do Behaviorismo Radical são incompatíveis com as tentativas de conversão sexual. Nesse sentido, argumentamos que não foi estabelecida uma relação de interdependência entre as três subáreas que compõem a AC e isso contribuiu para as violências realizadas por modificadores do comportamento com a população LGBT+ ao longo das décadas de 1950-1980. Por outro lado,

produções recentes na AC que possuem caráter afirmativo e compromissado com a defesa da população LGBT+ não só representam seu contexto histórico, como também sustentam o valor de sobrevivência das culturas da filosofia behaviorista radical (Michael, 1977), que preza pela vida e pelo bem-estar do maior número de pessoas, e não pelo sofrimento ou aniquilamento de alguns em prol da felicidade e hegemonia de outros.

Como um estudo histórico realizado com fontes unicamente textuais e análises interpretativas internas à filosofia behaviorista radical, esta pesquisa não esgota as possibilidades investigativas sobre o tema e área em que se debruçou. Assim, novas pesquisas poderiam investigar a história de pessoas, instituições, eventos ou processos sociais ocorridos no mesmo momento histórico, além de utilizar outros tipos de fontes e de analisar aspectos externos à própria AC, como a influência de outras teorias ou ciências nesse debate. Além dessas, muitas são as possibilidades de produzir conhecimento no campo da sexualidade e do gênero na AC, desde que o compromisso com a diversidade e não violência seja mantido.

Declaração de Contribuição de Autoria CRediT

Caroline Prestes Villa e Emerson Ferreira da Costa Leite contribuíram igualmente para a concepção do estudo e para o desenvolvimento das ideias centrais. Caroline Prestes Villa realizou a revisão narrativa de textos da Análise do Comportamento voltados à modificação de orientação sexual e identidade de gênero. Emerson Ferreira da Costa Leite contribuiu principalmente com a análise de textos críticos a essas produções. A redação inicial e a revisão final do manuscrito foram realizadas de forma conjunta e colaborativa.

Declaração de Conflito de Interesses

Caroline Prestes Villa e Emerson Ferreira da Costa Leite declaram não ter nenhum conflito de interesses.

Nota dos autores:

Este manuscrito foi inicialmente concebido após apresentação realizada pelos autores no I Seminário do Coletivo Vale da Análise do Comportamento (2022) e posteriormente no XXIV Encontro da ABPMC (2025).

Referências

Abel, G. G., Blanchard, E. B., Barlow, D. H., & Mavissakalian, M. (1975). Identifying specific erotic cues in sexual deviations by audiotaped descriptions. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *8*(3), 247-260. https://doi.org/10.1901/jaba.1975.8-247

Barbosa, V. D., & Ferraz, T. C. P. (2019). A LGBTfobia como determinante e produto cultural: Um enfoque na agência de controle educação. *Cadernos de Psicologia*, *1*(1), 319-339. https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/1990

Barlow, D. H. (1973). Increasing heterosexual responsiveness in the treatment of sexual deviation: A review of the clinical and experimental evidence. *Behavior Therapy*, *4*(5), 655-671. https://doi.org/10.1016/S0005-7894(73)80158-3

Canaan-Oliveira, S. (2003). Dimensão aplicada na Análise do Comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *16*(2), 349–354. https://doi.org/10.1590/S0102-79722003000200015

Carvalho, M. R. A. D., Silveira, J. D., & Dittrich, A. (2011). Tratamento dado ao tema "homossexualidade" em artigos do Journal of Applied Behavior Analysis: Uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, *7*(2), 72-81. http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v7i2.1451

Carvalho Neto, M. B. (2002). Análise do comportamento: Behaviorismo radical, análise experimental do comportamento e análise aplicada do comportamento. *Interação em Psicologia*, *6*(1), 13-18. http://dx.doi.org/10.5380/psi.v6i1.3188

Conine, D. E., Campau, S. C., & Petronelli, A. K. (2022). LGBTQ+ conversion therapy and applied behavior analysis: A call to action. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *55*(1), 6-18. https://doi.org/10.1002/jaba.876

Cravo, F. A. M., Almeida-Verdu, A. C. M., & Costa-Junior, F. M. (2022). Revisão de literatura da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *13*(2), 247-265. https://doi.org/10.18761/a52affa6

Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2015). Uma análise da homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, *23*(3), 535-545. http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-02

Guimarães, R. K. (2024). *História da Análise do Comportamento Brasileira: A multiplicidade temática como guia historiográfico* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Londrina]. Repositório Institucional UEL. https://repositorio.uel.br/items/c17613e6-ec76-4834-bae8-ac38c91711b7

Hayes, S. C., Brownell, K. D., & Barlow, D. H. (1983). Heterosocial-skills training and covert sensitization. Effects on social skills and sexual arousal in sexual deviants. *Behaviour Research and Therapy*, *21*(4), 383-392. https://doi.org/10.1016/0005-7967(83)90007-4

Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution?. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *11*(1), 163-174. https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163

Holth, P. (2005). Two definitions of punishment. *The Behavior Analyst Today*, *6*(1), 43. https://doi.org/10.1037/h0100049

Leland, W., & Stockwell, A. (2019). A self-assessment tool for cultivating affirming practices with transgender and gender-nonconforming (TGNC) clients, supervisees, students, and colleagues. *Behavior Analysis in Practice*, *12*, 816- 825. https://doi.org/10.1007/s40617-019-00375-0

LoPiccolo, J. (1971). Case study: Systematic desensitization of homosexuality. *Behavior Therapy*, *2*(3), 394-399. https://doi.org/10.1016/S0005-7894(71)80075-8

Malott, R. W. (1996). A behavior-analytic view of sexuality, transsexuality, homosexuality, and heterosexuality. *Behavior and Social Issues*, *6*(2), 127-140. https://doi.org/10.5210/bsi.v6i2.286

Malott, R. W. (2007). Opinion: Are women, people of color, Asians, and southern Europeans inherently inferior to north-European males? A history of biological determinism--A cultural, spiritual and intellectual disgrace - And the implications for understanding "mental illness". *Behavior and Social Issues*, *16*(2), 134–169. https://doi.org/10.5210/bsi.v16i2.369

Martins, F. F. (2020). *Correspondência entre medida explícita não verbal e o Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) no estudo do preconceito sexual* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24048

Michael, J. (1977). Radical behaviorism as a way of life. In J. Krapfl & E. Vargas (Eds.), *Behaviorism and ethics*. Kalamazoo.

Micheletto, N. (2001). A história da prática do analista do comportamento: Esboço de uma trajetória. In H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz. (Orgs.), *Sobre Comportamento e Cognição* (Vol. 8, pp. 172-189). ESETec.

Mizael, T. M. (2018). Perspectivas Analítico-Comportamentais sobre a homossexualidade: Análise da produção científica. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *9*(1), 15-28. https://doi.org/10.18761/PAC.2017.011

Morris, C., Goetz, D. B., & Gabriele-Black, K. (2021). The treatment of LGBTQ+ individuals in behavior-analytic publications: A historical review. *Behavior Analysis in Practice*. https://doi.org/10.1007/s40617-020-00546-4

Mussi, S. V., & Malerbi, F. E. K. (2020). Análise de contingências a partir dos relatos de pessoas transgênero em um livro autobiográfico. *Psicologia Revista*, *29*(1), 134–156. https://doi.org/10.23925/2594-3871.2020v29i1p134-156

Mussi, S. V., & Malerbi, F. E. K. (2022). Qualification of psychologists for the care of sexual and gender minorities. *Psicologia Clínica*, *34*(2), 219-242. https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0034n02A01

Mussi, S. V. (2022). *Estudos sobre sexualidade e gênero, e a avaliação do curso "Considerações a respeito da psicoterapia dirigida a pessoas LGBTQIAP+"* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/30989

Nordyke, N. S., Baer, D. M., Etzel, B. C., & LeBlanc, J. M. (1977). Implications of the stereotyping and modification of sex role. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *10*(3), 553-557. https://doi.org/10.1901/jaba.1977.10-

553

Padilha, F. M. G., Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2022). Relação entre Cultura e Religião na Emissão de Comportamentos LGBTfóbicos por Psicólogas(os) Clínicas(os). *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *13*(1), 129–141. https://doi.org/10.18761/DH00010.jul21

Rekers, G. A., & Lovaas, O. I. (1974). Behavioral treatment of deviant sex-role behaviors in a male child. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *7*(2), 173-190. https://doi.org/10.1901/jaba.1974.7-173

Rutherford, A. (2006). The social control of behavior control: Behavior modification, individual rights, and research ethics in America, 1971–1979. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, *42*(3), 203-220. https://doi.org/10.1002/jhbs.20169

Sanderson, D. R. (1979). The Non-Entity of "Homosexuality". *Behaviorists for Social Action Journal*, *1*(2), 9-10. https://doi.org/10.1007/BF03406120

Sidman, M. (2001). *Coerção e suas implicações.* (M. A. P. A. Andery & T. M. A. P. Sério, Trads.). Livro Pleno. (Originalmente publicado em 1989)

Skinner, B. F. (1978). *Reflections on Behaviorism and Society*. Prentice-Hall.

Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, *213*(4507), 501–504. https://doi.org/10.1126/science.7244649

Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano*. (J. C. Todorov, Trad.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)

Skinner, B. F. (2006). *Sobre o behaviorismo*. (Villalobos, M. P. Trad.). Cultrix. (Originalmente publicado em 1974)

Society for the Experimental Analysis of Behavior, & LeBlanc, L. A. (2020). Editor's note: Societal changes and expression of concern about Rekers and Lovaas' (1974) behavioral treatment of deviant sex-role behaviors in a male child. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *53*(4), 1830- 1836. https://doi.org/10.1002/jaba.768

Strapasson, B. A., Magalhães, F. G., & Custódio, J. K. (2013). Comunicação entre a pesquisa básica, aplicada e teórica na análise do comportamento no Brasil: Uma análise bibliométrica. *Interação em Psicologia*, *17*(1), 117-128. http://dx.doi.org/10.5380/psi.v17i1.26496

Szabo, T. G. (2020). Equity and diversity in behavior analysis: Lessons from Skinner (1945). *Behavior Analysis in Practice*, *13*(2), 375-386. https://doi.org/10.1007/s40617-020-00414-1

Tourinho, E. Z. (1999). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, *7*(3), 213-222. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1999000300003

Villa, C. P., & Melo, C. M. (2021). Um mapeamento da sexualidade em B. F. Skinner. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, *29*(4), 115-135. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274571372008

Winkler, R. C. (1977). What Types of Sex-Role Behavior Should Behavior Modifiers Promote? *Journal of Applied Behavior Analysis*, *10*(3). https://doi.org/10.1901/jaba.1977.10-549

Zilio, D. (2019). O que nos torna analistas do comportamento? A teoria como elemento integrador. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, *27*(2), 233-249. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274561104007